

A difícil Europa **

1. HOMENAGEM

O processo de unificação da Europa vem ganhando contornos que ultrapassam cada vez mais os aspetos e problemas meramente económicos. A vertente social revela-se crescentemente importante, assim como a vertente cultural, como se mostrou recentemente na negociação do acordo do GATT. O processo de unificação da Europa é já um processo social global.

Penso que, se Sedas Nunes fosse vivo, não deixaria de se interessar por este assunto, tão rico ele se revela de consequências para a sociedade portuguesa. Por isso, julguei apropriado contribuir com uma modesta reflexão sobre este tema para o livro de homenagem ao mestre e amigo.

2. SIMULTANEIDADES

A construção da União Europeia — nome adotado em 1993 com a assinatura do Tratado de Maastricht — vem desde os meados dos anos 50, quando a Europa defrontava a ameaça do imperialismo comunista de leste e quando a visão de alguns grandes homens pretendeu criar uma Europa unida. Mas interessa destacar que nos últimos anos a construção europeia tem coincidido temporalmente com três outros grandes movimentos da história deste fim de século.

a) Um deles é o desmoronamento do comunismo, provocado pelo seu fracasso económico e social. Para a Europa, a fragmentação do bloco soviético representa a diminuição (não a supressão) da ameaça militar e o surgimento de uma ameaça económica. Com efeito, se a implantação da economia de mercado na Rússia se fizer ativamente e com segurança, o fluxo de investimentos naquela área vai bombear muitos capitais da Europa e, provavelmente, fazer subir a taxa de juro. Se isso acontecer, Portugal ficará duplamente prejudicado em termos económicos.

* Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

** A ortografia é da responsabilidade do autor.

Se, pelo contrário, o processo político no ex-império soviético for violento, com pequena ou grande guerra na área, será de recear uma fuga de capitais da Europa para os Estados Unidos (EUA) e a conseqüente subida das taxas de juro. Na primeira hipótese, a Europa terá acesso aos importantes recursos do interior da Rússia, principalmente os recursos energéticos.

b) Outro grande movimento é o da formação de grandes blocos comerciais. A Europa dos 16, também conhecida por espaço económico europeu (EEE), constitui o maior bloco comercial do mundo e está em vias de se tornar um espaço integrado se os quatro países não comunitários entrarem na UE. No final deste ano parece ter-se dado o passo final para a formação da Associação de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA), que congrega os Estados Unidos, o México e o Canadá, e constitui um enorme mercado. Na Ásia esboça-se, sem qualquer formalização, um mercado integrado constituído pelos pequenos dragões (Coreia do Sul, Hong-Kong, Formosa, Singapura, Malásia), implicitamente liderados pelo Japão. A China, com um crescimento económico da ordem dos 13% reais por ano, destaca-se já neste mercado asiático. A característica mais importante é que estes blocos ou regiões tendem a discutir entre si regras e tarifas comerciais — principalmente a UE e a NAFTA —, que depois são adotadas pelos outros países. Quer dizer que as regras do comércio internacional tendem a ser estabelecidas entre superpotências comerciais, havendo pouco lugar negociado para os países isolados. O recente acordo do GATT evidenciou claramente esta nova forma de estabelecer regras para a liberalização do comércio internacional, o que significa que políticas isoladas e políticas protecionistas são cada vez menos possíveis.

c) O terceiro grande movimento foi a revolução tecnológica nos serviços financeiros. Os progressos na eletrónica e na informática permitiram que o processamento de dados aumentasse de velocidade e precisão cerca de 2000 vezes em relação aos processos manuais. O progresso das telecomunicações internacionais permitiu, por seu turno, que as operações internacionais se efetivassem em questão de minutos. A par desta evolução da técnica teve lugar a abertura dos mercados financeiros, o que faz com que os mercados nacionais sejam apenas partes do grande mercado mundial que trabalha em contínuo. Por isso, políticas financeiras independentes dos países são cada vez mais difíceis, mesmo para os EUA.

3. AS DIFICULDADES DA EUROPA

3.1. A VOLTA DO EUROPESSIMISMO

Há poucos anos, dois ou três, o euro-otimismo era regra e a velocidade de construção da Europa parecia estar a acelerar. O crescimento económico parecia dever continuar, embora com algumas flutuações, mas sem recessões de maior.

A Europa comunitária crescia mais depressa do que outras regiões, pois até a economia japonesa estava a desacelerar. O número de países europeus batendo à porta para entrar era grande. A integração monetária parecia possível e até a «nacionalista» Inglaterra havia aceitado o mecanismo de taxas de câmbio (MTC). O Tratado de Maastricht estava assegurado, apesar dos seus vários pontos nebulosos.

Mas no final do ano passado a crise económica na Europa e o falhanço do MTC como etapa para a moeda única trouxeram de novo o pessimismo e as dificuldades da construção europeia cresceram. Trata-se apenas de uma pausa ou de humor conjunturais? Ou há reais dificuldades de fundo? A melhor resposta é dizer que ambas as causas são verdadeiras.

3.2. INFLUÊNCIAS EXTERNAS

Os grandes movimentos acima referidos, nomeadamente a maior internacionalização da economia, incluindo os serviços financeiros, exercem uma influência centrífuga nos países europeus, embora a UE neles participe como um todo. Os países singulares tendem a achar-se capacitados para exercerem autonomamente um papel internacional, como são os casos da Alemanha, na sua «missão» de ligar o Este ao Leste da Europa, e da Inglaterra, que ainda se considera potência mundial e apenas geograficamente europeia. Cada país, ou melhor, os políticos no poder nesses países julgam terem uma oportunidade de se projetarem isoladamente na história, sobretudo no que se refere à política externa, como o fracasso da política europeia na ex-Jugoslávia testemunha.

Mas essa envolvente externa também mostra os limites desse exercício autónomo, na medida em que o poder de discussão real reside nos blocos. Nem Portugal nem sequer a França teriam obtido ganho de causa se tivessem negociado isoladamente com os EUA.

De qualquer modo, esta internacionalização da economia, sobretudo no que se refere aos fluxos financeiros, devassa a Europa e rouba-lhe especificidade e identidade. A liberdade de circulação parece ser internacional e não apenas da Europa. A um cidadão suíço a sua «liberdade económica» não lhe parece muito menor do que a «liberdade económica» que ele atribui ao cidadão italiano ou francês seu vizinho.

3.3. CENTROS DE PODER

Com a integração europeia, os efetivos centros de poder tendem a ser relocados no espaço europeu. Mesmo o mais comum dos cidadãos europeus sente que o poder de decisão de Bruxelas se acrescenta um pouco todos os anos, qualquer que seja o protesto nervoso dos Ingleses. O Parlamento Europeu adquire

também crescentes poderes, decorrentes do seu estatuto de assembleia de eleitos políticos. Mas este é apenas o poder institucional.

O poder económico tende igualmente a concentrar-se nos pólos mais dinâmicos do centro da Europa. Estes pólos absorvem tecnologia, capitais e pessoal qualificado e oferecem condições de vida urbana ou semiurbana mais estimulantes, incluindo possibilidades de educação para os filhos. Isto está a acontecer à medida que a fluidez de trânsito dos fatores aumenta.

Além disso, as empresas tendem a concentrar-se, isto é, a aumentar de dimensão através de aquisições ou fusões. Tal verifica-se não só ao nível das grandes empresas, como o recente início de integração da Telecom (França) e da Telekom (Alemanha), mas também ao nível das PME, tanto da indústria como dos serviços. Na terminologia tradicional da economia dir-se-ia que os mercados tendem a ser oligopolistas. Mas com a crescente abertura dos mercados as empresas nada mais fazem do que preparar-se para o aumento da concorrência internacional. É exatamente isso: o aumento da dimensão das empresas vai de par com o aumento da concorrência.

De uma forma ou de outra, os centros de poder económico efetivo tendem a concentrar-se e a sair dos países ou regiões periféricos. A Espanha, para evitar o encerramento da SEAT em Barcelona, decidido por Estugarda (Volkswagen), teve de fazer muitas concessões fiscais e outras.

Os cidadãos têm consciência de que se verifica uma vasta reafetação e europeização (muitas vezes vista como desnacionalização) do poder e temem esse fenómeno. Típico é o medo dos Alemães de «perderem» o seu marco.

3.4. TRANSFERÊNCIAS COMUNITÁRIAS

O instrumento usual para compensar estes fenómenos centrípetos costuma ser a transferência de verbas orçamentais. É, por exemplo, o meio utilizado nos EUA e em muitos outros países com estrutura federal ou parecida. Na Europa faz-se a mesma coisa, como todos sabemos em Portugal, que, juntamente com a Irlanda e a Grécia, tem sido o país que mais auxílios vem recebendo.

Simplesmente, não é possível medir corretamente, nem os efeitos negativos, nem positivos, de forma a saber se há compensação adequada. Esta imprecisão leva muitos cidadãos dos países mais desenvolvidos a declararem com sinceridade que se sentem prejudicados porque parte das transferências vem dos impostos que eles pagam. Por exemplo, é corrente ouvir cidadãos alemães queixarem-se que os países do Sul estão a viver à sua custa, esquecendo que perto de 50% das verbas retornam aos países dadores sob a forma de encomendas e que, sendo a balança comercial desequilibrada a seu favor, eles beneficiam sistematicamente com o alargamento dos mercados dos países menos desenvolvidos. Além disso, não se trata de transferências permanentes, mas apenas por períodos finitos, sem se saber se haverá renovação. Na UE é duvidoso que as transferências continuem nos montantes atuais porque a Europa de Leste vai absorver muitos fundos.

Isto nem falando do princípio da solidariedade. E nem vale a pena fazê-lo, deixando isso para o discurso dos políticos, porque, de facto, os cidadãos europeus ainda não se sentem solidários, ou melhor, já deixaram de acreditar nesse sentimento, porque não vêem fim aos auxílios e os escândalos são muitos.

Além disso, muitos cidadãos europeus, sobretudo os menos instruídos e mais pobres, pensam que os povos menos desenvolvidos o são porque não trabalham ou não são eficientes, portanto por sua culpa. Por que ajudar o Sul da Itália se tudo é controlado pela mafia? Os nacionalismos e o orgulho étnico ainda são realidades fortes na Europa.

Existe ainda uma campanha contra a burocracia de Bruxelas, acusada de ser um centro de gastos sem proveito para ninguém. É evidente que, enfraquecendo os meios da Comissão, os governos nacionais são menos incomodados. Também é claro que se trata de uma campanha preventiva para evitar maiores poderes tipo federalistas centralizados em Bruxelas. Mas, apesar destas claras intenções demolidoras, esta campanha é útil porque força a administração comunitária a estar atenta aos seus vícios.

3.5. DIFERENCIAÇÕES

Existem e existirão diferenças culturais no seio da Europa, como, aliás, existem no seio de muitos países. É uma riqueza que não convém perder, até porque integração não significa uniformização.

Porém, há um aspeto da diferenciação que constitui um entrave à efetiva integração dos povos. Trata-se da ausência de uma língua comum veicular. Os Ingleses esperam «naturalmente» que seja a língua deles; os Franceses trataram de impor o francês como língua comunitária principal; os Alemães reivindicam o direito de falarem apenas alemão nas reuniões comunitárias... o português quase não é utilizado porque os nossos patriotas compatriotas «exclamam» a falar línguas estrangeiras e porque não há intérpretes suficientes. Duas das vantagens dos EUA são terem uma só moeda e uma só língua veicular. A UE poderá vir a ter uma moeda única, mas certamente não conseguirá ter uma língua veicular comum. Parecendo que isto é secundário, o erro permanece e a integração social dificilmente se fará.

Não menos importante é o sentimento de diferenciação, que tem muito a ver com as divergências culturais. O caso mais exacerbado é o do RU, na medida em que os Ingleses acham que não têm muito a ver com os continentais e que o seu regime político-social é superior a todos os outros. A maioria de qualquer das classes inglesas não quer perder a sua autonomia nacional, nem muito menos a sua soberania. Por isso, não aceitam voluntariamente a moeda única. Só a aceitarão se ela for um facto e a sua não adoção lhes trazer evidentes prejuízos. Até lá sabotarão qualquer iniciativa tendente à integração monetária efetiva. Mas os Ingleses não são únicos. Outros casos de snobismo nacional existem... evidentemente não em Portugal.

4. A UE TEM FUTURO?

4.1. AS DÚVIDAS

Como referi acima, o europessimismo está outra vez na moda e é muito propagandeado pela imprensa anglo-saxónica. Depois do quase fracasso do MTC, depois da recessão da economia europeia, depois das hesitações dos Dinamarqueses (e não só) e do voto tangencial dos Franceses, muitos cidadãos europeus não acreditam que a integração europeia possa aprofundar-se muito mais. Muita boa gente pensa que já se fizeram as aproximações que era possível fazer e que avançar mais implicaria construir uma união política... para a qual a maioria dos cidadãos europeus (incluindo os seus políticos) não se encontram preparados nem económica, nem política, nem psicologicamente.

Há peritos de ciência política que estimam que, se agora fosse lançado um *referendum* a nível europeu, mais de metade dos votantes dos 12 países votariam contra a UE. Conservar o que está e alargar a UE a outros países é o caminho a seguir, segundo a opinião de muitos politicólogos.

Do ponto de vista de Portugal, vale a pena definir a nossa política na perspetiva de uma integração, porventura exigindo ajustamentos dolorosos? Temos alternativa? Não será melhor fazer de conta que sim e seguir a onda, recebendo, entretanto, os subsídios comunitários, como parece ser a política do atual governo?

4.2. O CAMINHO DE PORTUGAL

Qualquer escolha segundo o interesse nacional implica tanto de idealismo como de pragmatismo. Vamos supor, com algum eventual idealismo, que a integração avança, embora com altos e baixos.

A ser assim, Portugal não tem alternativa. Tem de apostar a fundo nessa integração. Este país não tem nem a dimensão nem a capacidade financeira do Reino Unido (RU), que pode pretender funcionar como um ilha *off shore* no mundo financeiro, mas que, se optar por esta via, vai, mesmo assim, ter de pagar custos elevados. Quatro razões impedem Portugal de ficar isolado:

- Três quartos do comércio português fazem-se com os outros onze países da UE e não é fácil encontrar mercados alternativos sem fortes desvalorizações da moeda;
- O país carece, indubitavelmente, de segurança institucional — que nada tem a ver com a manutenção do mesmo governo — para ter credibilidade externa, tanto em termos políticos como económico-financeiros, isto é, para ser considerado uma economia de baixo risco;
- Os investimentos estrangeiros são favorecidos pelo facto de Portugal estar integrado numa economia mais vasta com livre ou quase livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas;

- Não se pode esquecer que os outros países da UE abrigam mais de 1 milhão de portugueses, os quais, com Portugal dentro da UE, podem beneficiar da cidadania comunitária, e que as remessas desses emigrantes contribuem decisivamente para o equilíbrio da balança de transações correntes.

Não resta a Portugal outra alternativa senão a de se preparar para a completa integração, compreendendo a monetária. Essa convergência imporá disciplina aos agentes económicos, incluindo ao governo, que até à data tem sido o agente económico mais indisciplinado. Não resta a Portugal senão a alternativa de aproveitar eficazmente as últimas somas e os últimos anos que a UE nos concede para uma adaptação mínima.

Claro que as nossas fronteiras culturais vão ser abaladas, os Portugueses vão-se estranhear, dado o complexo de inferioridade cultural de que os nossos líderes políticos nos dão lições. Claro que as empresas e os produtos estrangeiros vão entrar em abundância no nosso mercado. A resposta está, não em isolar-se, mas em mostrar maior vigor cultural, reassumir a nossa herança e produzir bens e serviços que os outros compreem.

Porém, perante a dimensão da tarefa e o risco que ela comporta, podemos interrogar-nos: não estaremos a ser ingénuos de mais ao acreditarmos que a Europa se une? Talvez. Mas, se fizermos o que temos a fazer, Portugal dará um grande passo positivo, quer a Europa se una, quer não.

5. AJUDAR A CONSTRUIR A EUROPA

5.1. PRAGMATISMO E TEIMOSIA

Antes de mais é necessário ter em conta que não se pode traçar um caminho rígido para a integração europeia. A integração tem-se realizado e realizar-se-á por saltos e com recuos. O caminho não tem sido nem será linear. As divergências ainda não são demasiadas e não dispensam algumas «curvas sábias». Há que ser teimoso e pragmático.

O recente Livro Branco constitui um exemplo de pragmatismo e de oportunidade; a crise económica que consome a Europa pode ser uma oportunidade para unir esforços a fim de vencer essa crise. A criação do Instituto Monetário Europeu é um exemplo de teimosia, insistindo num caminho (unidade monetária) aparentemente derrotado.

5.2. EDUCAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

A maioria dos cidadãos europeus pouco conhece sobre a UE. No caso de Portugal, alguns conhecem que Bruxelas manda bastante dinheiro que o governo gasta para fazer inaugurações ou para distribuir por quem entende. Nada conhecem

sobre a constituição dos organismos europeus, sobre as finalidades da União, etc. Esta ignorância, ou, pior ainda, esta semi-ignorância, é perigosa porque pode ser manipulada.

Seriam, portanto, aconselháveis ações de divulgação sobre o que é a UE, o que propõe e o que implica ou oferece. Estas campanhas deveriam ser acompanhadas de exposições regulares por parte do governo do que está a ser negociado e a ser feito ao nível da União. Os cidadãos deveriam poder acompanhar os negócios comunitários.

Mas a educação «europeia» deveria começar antes. Em alguns países há já o cuidado de fornecer aos alunos das escolas primárias elementos de informação sobre o que é a unificação europeia e a sua curta história. Tal procedimento deveria generalizar-se a fim de eliminar os sentimentos nacionalistas agressivos.

5.3. HONESTIDADE DOS GOVERNOS

Os governos dos países menos desenvolvidos, em particular o português, utilizam os dinheiros de Bruxelas para se promoverem e ganharem as eleições. Os fundos comunitários são instrumentalizados politicamente.

Para evitar esta deturpação, qualquer obra que fosse realizada deveria ter publicitada a parte que é financiada por Bruxelas. A simples afixação das tabuletas com CE não chega porque quase ninguém as vê. Os parlamentos deviam dispor de elementos para poderem seguir a aplicação dos fundos recebidos e dar a sua opinião sobre a forma como estão a ser aplicados.

5.4. PODER POLÍTICO EUROPEU?

Um dos ataques dirigidos à Comissão de Bruxelas é o de não ser um órgão eleito, pelo que não teria legitimidade política. Esquece-se, com isso, que as decisões são, de facto, tomadas pelos conselhos de ministros europeus regularmente em Bruxelas.

Pois bem, há duas formas de ultrapassar esses problemas. Um é conferindo maiores poderes de iniciativa ao Parlamento Europeu. O outro é criando um conselho de ministros permanente em Bruxelas constituído por secretários de Estado permanentes. A delegação de poderes políticos seria mínima, mas os ganhos de efetividade seriam sensíveis

6. REFLEXÃO SOCIAL

A evolução da UE é, repito, de crucial importância para Portugal. Deliberadamente ou não, a maioria dos cidadãos são mantidos na ignorância do que se passa e do que pode acontecer. A maioria em Portugal deixa-se levar

no canto da sereia dos fundos comunitários, aparentemente inesgotáveis segundo a propaganda do governo.

Este alheamento é um erro estratégico porque a discussão destes assuntos é a maneira mais séria e mais eficaz de envolver os Portugueses nas tarefas coletivas necessárias à construção do seu futuro.

27 de Dezembro de 1993.